

O que o produtor espera de Lerner

Estudos da Faep apontam as necessidades e pedem soluções ao novo governo

Luiz Carlos Rizzo
(Maringá-PR)
Especial para o MultiRural

Responsável por 20 por cento da produção de grãos nacionais e por mais de US\$ 2 bilhões de exportações, a agropecuária paranaense não vem crescendo de forma significativa nos últimos anos, enquanto é declinante sua posição no PIB, ICMS e exportações. Os problemas são muitos: produtividade baixa, custos de produção elevados, infra-estrutura de transportes, armazenagem e comercialização insuficientes, estrutura tributária inadequada e desatualizada, distorções graves nas formas de apoio creditício e perda progressiva da capacidade e possibilidade de atuação de suas instituições de pesquisa e difusão.

Diante desse quadro, a Federação da Agricultura do Paraná (Faep) elaborou documento ao governo do estado no qual apresenta suas propostas para o fortalecimento do setor diante de seu grande potencial de sustentação e crescimento. Ainda mais neste momento de estabilização da economia nacional e integração de mercados regionais a partir do Mercosul, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Infra-estrutura - Propostas de ação

* Implantação de infra-estrutura

rural de estradas, armazenagem, eletrificação e telefonia

* Modernizar os corredores de exportação mediante:

- duplicação das rodovias Ponta Grossa- Foz do Iguaçu e Ponta Grossa - Norte do Paraná

- conclusão da Ferroeste e extensão do ramal Norte da Rede Ferroviária Federal interrompido em Cianorte

- construção de pontes sobre o rio Paraná (Guaira) e Porto Carmo

- ampliação, melhoria e modernização do corredor de exportação para o Paraguai e Mato Grosso do Sul

- melhoria do Porto de Paranaguá, principalmente quanto à dragagem do canal de acesso e am-

pliação do cais com maior calado

- privatização das operações do Porto e redução de suas tarifas

- avaliar as possibilidades de implantação do transporte hidroviário.

Sugestões para a pesquisa, extensão e defesa sanitária

Em relação à pesquisa, extensão e defesa sanitária, a Federação da Agricultura do Paraná sugere:

- recuperar os órgãos de pesquisa do Paraná para incentivos à produção e tecnologias alternativas de cultivos e animais de interesse econômico dos produtores do Estado

- recuperar os programas de vigilância, educação, prevenção, controle e combate de pragas e doenças, mediante ações de defesa sanitária animal e vegetal

- desenvolver amplo programa de educação sanitária e alimentar no meio rural e em áreas de população de baixa renda nas cidades.

Quando à reestruturação e reconversão produtiva exigidas pelo Mercosul em relação às propriedades rurais, existe necessidade de programas específicos para o pequeno produtor conseguir, ao menos sobreviver. Neste contexto, Agide Meneguette, presidente da Faep, reivindica planos nacionais e estaduais para recuperação do algodão, café e trigo. Ao lado disso, serão necessários programas de florestamento para atendimento de pequenas demandas nos usos energéticos, construtivos e industriais.

Segurança alimentar e agroindústria

Para segurança alimentar, a Faep solicita formação de estoques reguladores de grãos e oleaginosas, especialmente dos produtos componentes da cesta básica. "Tem que haver também reversão da tendência de importação e queda na produção de feijão, milho e trigo", pede Meneguette.

Quando à agroindústria, a melhor alternativa para o produtor rural agregar rendas, a entidade quer sistema de apoio ao desenvolvimento. Para isto, o novo governo estadual precisa formar núcleo de estudo de alternativas agroindustriais, atraindo investimentos e financiamentos.

A Faep pede ainda uma avaliação, adequação e ampliação dos programas Pancela Cacia e Paraná Rural. Na questão tributária, quer que seja zerado o ICMS dos alimentos integrantes da cesta básica.

Fim às invasões e apoio para agricultura obter crescimento

Na defesa da propriedade privada contra invasões organizadas, a Federação da Agricultura do Paraná "comprou" uma forte briga contra o ex-governador Roberto Requião, que se recusava a cumprir determinações legais. No governo Jaime Lerner, para que isto novamente não ocorra, a entidade exigirá o cumprimento de todos os mandatos de reintegração de posse de áreas invadidas e o combate às invasões de propriedades. Ao lado disso, pede agilidade ao novo governo estadual para estudar e implementar soluções para os sem-terra.

Outra solicitação a Jaime Lerner: combater os furtos e contrabando de animais, tratores, máquinas e implementos agrícolas, especialmente nas regiões de fronteira.

Meio ambiente

Neste campo, pede difusão do uso do plantio direto e de tecnologias biológicas, controle de impactos ambientais da irrigação, avaliação e ampliação do programa de manejo integrado de solos e água em microbacias. Critério de sustentabilidade para preservação e melhoria das condições ambientais e intensificação de programas de educação ambiental complementam os pedidos feitos pela Faep ao novo governo estadual.

No plano institucional, Meneguette entende ser fundamental complementar a oferta de serviços sociais (educação, saúde, desportos, cultura, lazer e segurança) para estímulo à permanência do homem no campo e nas pequenas comunidades urbanas próximas aos estabelecimentos rurais.

- Este crescimento econômico poderá evidenciar, mais uma vez, o despreparo da agropecuária para atender à demanda crescente por alimentos e insumos de origem agrícola diante das possibilidades de suprimento externo, trazendo como consequência a eliminação das oportunidades do crescimento agrícola.

Agide Meneguette,
presidente da Faep



A agricultura segundo FHC

Saiba quais são as propostas do governo federal para o setor agrícola

Agricultura brasileira começa o ano com a promessa de mudanças para torná-la mais competitiva e produtiva. A abertura de mercado e a globalização da economia impõem uma busca incansável pelo aumento da produtividade e diminuição nos custos. A criação do Mercosul pelo menos tem revelado as duas faces de um mesmo país: o que prima pela eficiência e aquele que, sem qualquer apoio, continua à margem do processo produtivo.

Nesta situação, estão milhões de pequenos produtores que precisarão de uma política diferenciada para continuar sobrevivendo. O apoio a este segmento é importante na medida em que se busca o crescimento econômico e a ampliação do consumo de massa. Será preciso aumentar a produção de alimentos básicos para amenizar a fome no País.

A reestruturação da atividade produtiva exige mudanças na política agrícola, tributária e creditícia. A alta carga tributária estimula a sonegação e torna os produtos mais caros para o consumidor. A alta taxa de juros - no caso a aplicação da TR nos financiamentos - leva os produtores a fugir dos bancos com medo do tamanho das dívidas. Além disso, há ainda o problema do desperdício no campo, a falta de infra-estrutura de transportes, que encarece os custos e a tão propagada reforma agrária, que ainda continua no papel.

O novo governo federal tem um grande desafio pela frente para gerar empregos e reverter o quadro de miséria e desigualdade tanto no campo quanto na cidade. Por isso, o jornal MultiRural mostra nesta edição um resumo das propostas do presidente Fernando Henrique Cardoso para a agropecuária, para que o leitor possa tomar não só conhecimento como também fiscalizar as ações e reivindicá-las se não cumpridas.

As propostas são as seguintes:

Fortalecimento do Ministério da Agricultura

* Fortalecer o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, tornando-o um dos

órgãos mais fortes na estrutura do Poder Executivo, mas sem manter a centralização das decisões em Brasília.

* Garantir a participação efetiva do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária na formulação das políticas que afetam o setor, bem como nos foros internacionais.

* Legitimar as prioridades resultantes das demandas regionais, conferindo poder deliberativo aos órgãos colegiados regionais, onde terão assento os secretários estaduais de agricultura.

AÇÕES DE APOIO À GERAÇÃO DE EMPREGOS

Irrigação

* Priorizar a irrigação das pequenas e médias propriedades no Nordeste

* Irrigar, no primeiro ano de governo, 300 mil hectares, dos quais, 100 mil hectares no Nordeste

* Implantar projetos públicos de irrigação no Nordeste e financiar projetos privados, para atingir 1,5 milhão de hectares ao final do governo.

Apoio à organização e à produção dos pequenos produtores

* Apoiar, técnica e financeiramente, a organização e a atividade do pequeno produtor, de forma a viabilizar sua maior participação na formulação e execução de políticas locais de desenvolvimento

* Incentivar maior competição entre os intermediários do processo de comercialização, bem como a aproximação entre produtores e consumidores, estimulando a associação entre eles e a criação de cooperativas de consumidores.

Educação e profissionalização do trabalhador rural

* Implementar, em articulação com estados e municípios, amplo programa de educação básica no interior.

* Articular as ações do Senai, Senac, Senar, Sebrae e dos órgãos de extensão rural com as universidades, centros de pesquisa e governos estaduais e municipais, a fim de promover a profissionalização do trabalhador rural.

Carga tributária

* Propor ao Congresso Nacional emenda constitucional concedendo imunidade de impostos para os produtos da cesta básica.

* Propor ao Congresso Nacional emenda constitucional concedendo

imunidade do ICMS sobre as exportações de produtos agrícolas, com compensações aos estados pelas eventuais perdas de receitas.

* Propor ao Congresso Nacional emenda constitucional concedendo imunidade tributária para os insumos, máquinas, tratores e implementos agrícolas.

Reforma agrária

* Executar a reforma agrária estabelecida pela Constituição, com paz e estrito respeito à lei.

* Adotar uma política agrária realista e responsável, com o assentamento de 40 mil famílias no primeiro ano; 60 mil, no segundo ano; 80 mil no terceiro ano e 100 mil famílias no quarto ano.

* Executar, em articulação com estados e municípios, as obras sociais e investimentos de infra-estrutura indispensáveis ao sucesso dos assentamentos, sobretudo na região Nordeste.

Guerra ao desperdício

* Coordenar ações que mobilizem todos os produtores, consumidores, distribuidores e comerciantes, assim como as comunidades, a sociedade civil e os governos estaduais e municipais numa efetiva cruzada contra o desperdício.

* Incentivar a implantação de programas de qualidade a fim de que os alimentos sejam utilizados de maneira racional, desde a fazenda até a panela das donas de casa.

Incentivo às atividades agroindustriais

* Financiar a implantação de agroindústrias, sobretudo de pequenas e médias empresas no Nordeste.

* Garantir com fontes oficiais de crédito ou com novos mecanismos privados de financiamento, crédito para produção e industrialização de proteínas animais: ovinocultura, suinocultura, caprinocultura, piscicultura.

* Incentivar a exploração econômica da atividade florestal e sua industrialização, como forma de reduzir os desmatamentos, aumentar a renda e o emprego e obter divisas da exportação.

Pecuária

* Apoiar o financiamento de programa de retenção de matrizes e de melhoramento genético do rebanho, para aumentar a produtividade e a qualidade na produção

de leite e carne.

* Apoiar a criação de animais de pequeno porte para consumo interno e para exportação.

* Coordenar, em articulação com estados e municípios, ações para erradicação da febre aftosa.

* Apoiar, em parceria com estados

e municípios, comunidades e entidades da sociedade civil, programas para garantir um litro de leite por dia para cada família carente.

Infra-estrutura

* Incentivar a participação do setor privado na construção de corredores de exportação, nos investimentos em pequenas hidrelétricas e na geração e distribuição de energia elétrica e nos investimentos destinados a reduzir os custos portuários, inclusive através de terminais especializados.

* Realizar, em parceria com estados e municípios, investimentos em estradas vicinais, eletrificação rural e outros projetos priorizados pelas estratégias regionais.

Desenvolvimento tecnológico

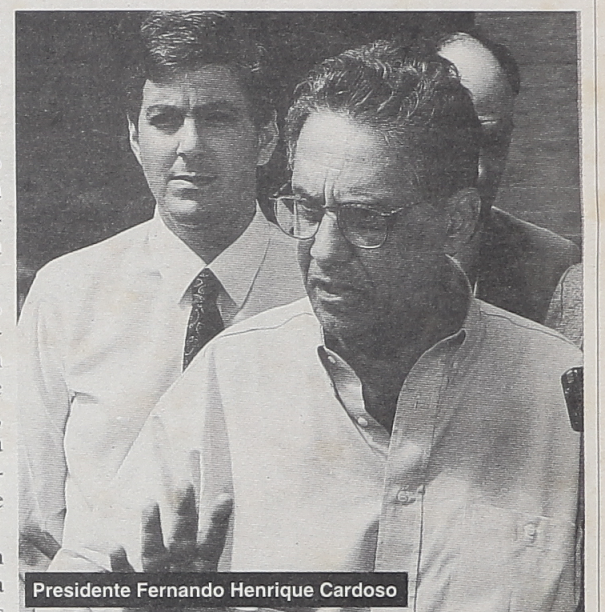
* Garantir recursos estáveis e satisfatórios para o sistema nacional de pesquisa agropecuária e a sua coordenadora, a Embrapa, e para a coordenação do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural.

* Articular as instituições federais e estaduais na definição de prioridades regionais de desenvolvimento tecnológico, dentro dos princípios de descentralização das atividades executivas da política agrícola.

* Estimular a presença ativa do setor privado na geração de tecnologias de ponta, no cenário internacional e doméstico, que será traduzida na multiplicação de ações de parceria, como as já desenvolvidas pela Embrapa para o milho híbrido.

POLÍTICA AGRÍCOLA Política de crédito

* Definir as taxas de juros de forma



Presidente Fernando Henrique Cardoso

a garantir a competitividade do setor agrícola.

* Criar mecanismos de crédito que viabilizem investimentos no setor agrícola: equipamentos, irrigação e outras obras de infra-estrutura.

* Manter o Banco do Brasil como importante agente do crédito rural oficial.

* Apoiar novas formas de financiamento através de agentes financeiros de propriedade do próprio setor rural, como cooperativas de crédito.

* Apoiar a implantação de novos instrumentos de crédito, em articulação com as Bolsas de Mercadorias e de Futuros, seguradoras e bancos comerciais.

Seguro rural

* Atualizar e fortalecer o sistema de seguro agrícola, baseado em orientações técnicas que permitam reduzir os riscos das adversidades climáticas e da incidência de pragas e doenças.

Política de abastecimento e de estabilização de renda

* Manter Política de Garantia de Preços Mínimos, estoques reguladores e regras de intervenção claras, transparentes e estáveis.

* Estabelecer preços mínimos tomando como referência as tendências dos preços internacionais e a segurança do abastecimento interno.

* Aplicar a tributação compensatória sobre as importações, quando constatada a presença de subsídios que provoquem dano à produção nacional.